

PESSOAS COM SURDEZ E SUAS RELAÇÕES COM A SEXUALIDADE: SILENCIAMENTOS E DESCOBERTAS

Lenita Regina de Oliveira Dreyer¹
Marcia Aparecida Rodrigues Mateus²
Josiane Peres Gonçalves³

Resumo: O objetivo do estudo é identificar a opinião de jovens surdos sobre assuntos inerentes à sexualidade, evidenciando como foi a participação familiar e escolar na construção deste conhecimento. A pesquisa de campo foi realizada por meio de gravação de entrevistas, mediada por uma intérprete, com três jovens surdos, sendo primeiramente filmadas e posteriormente transcritas, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o português. Os resultados apontam que os entrevistados passaram por um processo de incomunicabilidade e de censura de informações acerca da sexualidade, tanto por parte da família, que muitas vezes quer preservar esses sujeitos, quanto por parte da escola, por falta de uma didática apropriada.

Palavras-chave: Surdez, sexualidade, preconceitos, linguagem.

THE DEAF SUBJECT AND THEIR RELATIONS WITH SEXUALITY: SILENCES AND DISCOVERIES

Abstract: The objective of the study is to identify the opinion of deaf young people about subjects related to sexuality, evidencing how the family and school participation in the construction of this knowledge was. The field research was carried out by means of interview recording, mediated by an interpreter, with three deaf youths, being first filmed and later transcribed, from the Brazilian Language of Signals (LIBRAS) to Portuguese. The results show that the interviewees had a process of incomunicability and censorship of information about sexuality, both on the part of the family, who often want to preserve these subjects, and on the part of the school, for lack of appropriate didactics.

Keywords: Deafness; sexuality; prejudices; language.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso.

² Universidade Federal da Grande Dourados.

³ Universidade Federal de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO



Os sujeitos surdos pertencem a uma minoria linguística e cultural, tendo como meio de comunicação e socialização a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por não se enquadrarem no perfil de pessoas vistas como “normais”, sofrem vários tipos de preconceito e exclusão, derivados do estereótipo que lhes foi criado e amplamente reproduzido em nossa sociedade. Nesse sentido, Perlin (2001, p. 54) considera que “[...] o estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política da identidade”.

Por não partilharem das mesmas fontes de acesso às informações que os ouvintes, os jovens surdos têm demonstrado falta de conhecimento no que se refere a vários temas, aqui abordaremos especificamente a sua relação com a sexualidade. A presente pesquisa visa verificar, por meio de entrevistas com jovens surdos, qual o conhecimento que estes apresentam sobre o tema, de que maneira foi obtido e quais as dificuldades enfrentadas no percurso de busca das informações pertinentes.

Percebe-se que uma das dificuldades dos sujeitos surdos em obter qualquer tipo de informação advém da carência da LIBRAS em meio aos seus familiares e no seu contexto escolar, dificultando a comunicação entre as partes. Assim, ressalta-se sobre a necessidade do aprendizado da referida língua, uma vez que facilitará o relacionamento entre pais e filhos, alunos e professores, etc.

Se os pais recebessem orientações adequadas quanto à importância da LIBRAS para o desenvolvimento da criança, sobre as possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar com eles de forma clara, contar-lhes sobre suas brincadeiras, aprender seus ensinamentos e adquirir conhecimento, com certeza seriam poupados dessa criança e de seus pais transtornos e prejuízos, e principalmente os problemas emocionais a que estes são submetidos (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 591).

Ao se conscientizar da necessidade de aprendizado da Língua de Sinais, a família e demais membros que participam da vida do sujeito surdo tornarão o processo de interação entre eles satisfatório, além de facilitar a integração dos sujeitos surdos ao meio em que convivem. Isso facilita a construção da identidade surda e favorece a desmistificação do estereótipo dessas pessoas,

distorcido e inadequado, de que esse sujeito é incapaz de transmitir o que pensa (PERLIN, 2001, p. 54).



Diante de tal realidade, é preciso buscar uma alternativa prática pedagógica na tentativa de melhorar o aprendizado desses alunos para que possam, realmente, construir o conhecimento com base em suas experiências visuais.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, IDENTIDADE E CULTURA SURDA

Segundo Witkoski e Baibich-Faria (2010), a linguagem é fundamental para os sujeitos, pois é por meio dela que nos apropriamos da cultura que nos cerca, que construímos nosso entendimento sobre o micro e macro universo, além de ser por seu intermédio que podemos estabelecer relações socioafetivas. Ou seja, como afirma Lacerda (1998, p. 38), “[...] é nela, por ela e com ela que nós, seres humanos, nos tornamos ‘humanos’”.

Sendo assim, entende-se que o processo de aquisição da linguagem é primordial para mediar às relações entre o “eu” e o meio em que estamos inseridos. Para os sujeitos surdos, por muito tempo foi negado o acesso à construção de uma linguagem própria, devido, principalmente, ao estereótipo que se perpetua em relação aos surdos e à Língua de Sinais, que “[...] legitimam práticas de oralização, nas quais predominam o treinamento da leitura labial e a terapia da fala, com o objetivo precípua de dissimular a surdez, buscando transformar os surdos em pseudo-ouvintes, conferindo-lhes um lugar de não-eu” (WITKOSKI; BAIBICH-FARIA, 2010, p. 339).

Antes de prosseguirmos, é importante diferenciar os termos língua e linguagem. Muitas vezes utilizados erroneamente como sinônimos, essas duas palavras possuem conceitos bastante diferenciados: em linhas gerais, a linguagem pode ser definida como “[...] tudo que envolve significação, que tem valor semiótico, não se restringindo apenas a uma forma de comunicação, e é nela que o pensamento do indivíduo é constituído” (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 586). Já a língua é apenas uma parte determinada, primordial da linguagem, “[...] sendo ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para possibilitar o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 586).

Desde 1960, por meio das pesquisas realizadas pelo linguista William Stokoe, está comprovado que a Língua de Sinais atende a todos os critérios de uma língua, tendo a mesma qualidade que as de modalidade oral-auditiva. Deste modo, concluiu-se que os sinais não são imagens, mas são símbolos abstratos complexos com um conjunto de complexidade estrutural. Os mitos e os preconceitos em relação a LIBRAS vigoram não apenas para o senso comum, mas também na maioria das instituições de ensino, apesar da afirmação de excelência da Língua de Sinais já comprovada por estudos linguísticos.

O preconceito de considerá-la uma língua pobre, constituída de uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de comunicar e expressar conceitos abstratos, linguisticamente de conteúdo restrito, assim como estética, expressiva e linguisticamente inferior às línguas de modalidade oral-auditiva (QUADROS, 2004) sustenta grande parte da resistência de ensiná-la como primeira língua para as crianças surdas, a fim de que estas possam construir uma linguagem por meio da LIBRAS.

A nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem. Sendo assim, podemos depreciar relatos que afirmam ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, pois a verdadeira limitação está nas condições oferecidas a esse sujeito surdo (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 587).

Algumas pesquisas, como as de Brito (1998), Moura (2000) e Quadros (2004) apontam que as línguas de sinais são estruturadas de todos os componentes pertinentes às línguas orais como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada língua. Podem ser comparadas em complexidade e expressividade às línguas orais, pois expressam ideias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários são capazes de discutir qualquer assunto. Além de possuir todos os elementos característicos de uma língua, demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra.

É por meio da Língua de Sinais que a linguagem da maior parte dos sujeitos surdos evolui, que as possibilidades cognitivas e conceituais para nomear e categorizar a realidade acontece. É por meio da Língua de Sinais que o surdo tem acesso ao conhecimento, à integração social e à cultura e, ao comentar sobre esse tipo de linguagem, Perlin e Strobel (2014, p. 26-27) mencionam que trata-se de

[...] uma das principais marcas da identidade de um povo surdo por ser uma das peculiaridades da cultura surda. É uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

É possível perceber que além da integração social, a Linguagem de Sinais contribui para a formação da identidade dos sujeitos surdos, sendo necessário que haja aproximação entre pessoas surdas para evitar que ocorra a identidade fragmentada, visto que: “[...] o surdo que não domina a língua de sinais não se identifica com o grupo de surdos, tampouco se identifica com o mundo ouvinte, pois lhe falta vivência na língua majoritária que, de certa forma, sempre esteve pautada em exercícios e práticas artificiais” (GESUELI, 2006, p. 282-283).

A referida autora também destaca que a abordagem sobre a identidade surda não pode ser separada da cultura surda, porque a partir do momento em que os surdos legitimam sua língua e sua comunidade, conseqüentemente, essa convivência minoritária, possibilita o surgimento da cultura surda, que inclui arte, humor, teatro, poesia, entre outros. Nesse sentido, Perlin e Strobel (2014, p. 25) afirmam: “Assim como ocorre com as diferentes culturas, a cultura surda é o padrão de comportamento compartilhado por sujeitos surdos na experiência trocada com os seus semelhantes quer seja na escola, nas associações de surdos ou encontros informais”. Ou seja, existe uma cultura específica que foi criada historicamente e que contribui para a interação entre os sujeitos surdos, bem como contribui para a definição de suas identidades.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 22).

Nota-se que a cultura surda pode ser entendida como um fator preponderante para o sujeito surdo porque inclui as crenças, as ideias, os hábitos e os costumes, os quais possibilitam a maior interação e sentimento de pertencimento a uma comunidade de pessoas que possuem características semelhantes, conforme sinaliza Perlin e Strobel (2014, p. 25): “O mais importante para eles é o pertencimento ao povo surdo por meio do uso da língua de sinais e da cultura surda, que os ajudam a definir as suas identidades”. Além do mais, Bisol e Sterb (2010, p. 8) enfatizam que: “Ser Surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por

pessoas que utilizam língua de sinais e não vêem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda”.

Diante do exposto sobre a Linguagem de Sinais, identidade e cultura surda, torna-se importante analisar a questão da sexualidade para, a partir dos resultados da pesquisa, estabelecer relações entre o sujeito surdo e o que pensam sobre a sexualidade.

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIAS: MITOS E PRECONCEITOS

Nos dias de hoje, a sexualidade é entendida como algo muito além do sexo, expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais): esta é considerada um conjunto de valores sobre questões relacionadas ao corpo, sexo e suas funções, gêneros, amor, erotismo, etc. É um aspecto inerente à vida e à saúde, expressa no ser humano desde seu nascimento até a morte, tendo grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica dos sujeitos, pois, além da capacidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, que é uma necessidade fundamental dos seres humanos (BRASIL, 1998).

Portanto, para Freire (1999, p. 7), a sexualidade necessita ser tratada não só como uma perspectiva genital, mas sendo mais consciente e prazerosa:

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós esta volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

A sexualidade é manifestada de diferentes formas a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Encontra-se necessariamente marcada pela cultura, história, ciência, bem como pelos afetos e sentimentos. Portanto, é possível concluir que a expressão da sexualidade acontece de forma distinta para cada sujeito, ou seja: é uma expressão cultural.

A sexualidade está, também, relacionada à estética: o que pode ser padrão de beleza do corpo; ao romantismo: o que pode ser a doação e entrega ao outro; ao modelo familiar: o que consiste em casar, ter filhos, etc.

A partir dessas regras calcadas em padrões sociais e culturais aprendemos o que seria normal em sexualidade e passamos a desejar corresponder ou atingir esses padrões acreditando que com eles obteremos prazer e felicidade; no entanto, esses padrões são ideológicos, isto é, existem em função de concepções e interesse de grupos dominantes, além disso, são inatingíveis, porque são construídos como exageros e ilusórios (MAIA, 2011, p. 31).

A sexualidade, portanto, engloba a dimensão social e, conseqüentemente, sofre influências do contexto em que está inserida (MAIA, 2011). Assim, entende-se que cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas que vivem em seu entorno. Isso se dá num processo de construção social, que passa pelos interesses de cada agrupamento socialmente organizado e das classes sociais, mediado pela ciência, religião, mídia, entre outros; e o resultado dessa interação é transmitido durante o processo de socialização do sujeito, por meio de condutas, gestos, modos de falar e, também, é apreendido por meio das políticas públicas, coordenadas pelo Estado.

O conceito de sexualidade, então, é repassado para o sujeito desde o seu nascimento, começando, em geral, pela família e depois pela comunidade, incluindo escolas e demais instituições. Por isso, é importante que seja uma educação não só com objetivos e metodologias limitadas, meramente informativas.

Em meio ao discurso médico-higienista sobre a sexualidade na escola reafirma-se a necessidade primordial de uma educação emancipatória (reflexiva, questionadora, política) voltada para a informação de cidadãos e para a transformação social e não apenas para a uma educação que favoreça o acúmulo de informações genéricas, desprovidas de reflexão e de contextualização (MAIA, 2011, p. 33).

Com as novas propostas de reformas no sistema educacional brasileiro, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais, que promovem propostas educativas visando trabalhar temas sociais de forma interdisciplinar. A sexualidade está entre esses temas, pois a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) garante que o direito de se viver a sexualidade é tão fundamental e universal quanto o direito à vida, devendo, portanto, ser válido para todas as pessoas.

No entanto, um fato nos chama a atenção: se a sexualidade é um atributo de todo ser humano, se a vivência desta é um direito de todos e se é natural que

se expresse em qualquer espaço onde haja relação ou convivência de seres humanos. Diante do exposto, cabe questionar: Por que a sexualidade da pessoa com deficiência é um tema tratado com tantos preconceitos e tabus?

Segundo Paula, Regen e Lopes (2005), esses preconceitos decorrem de um longo processo de idealização que, por um lado, estabelece que a deficiência anularia o desejo e, por outro lado, existe o mito de que as pessoas com deficiência possuem a sexualidade exacerbada.

Como dito anteriormente, a forma como vivenciamos nossa sexualidade depende de nossa história individual, de tudo que vivemos desde as expectativas familiares antes do nascimento até as relações que estabelecemos, nossas crenças, alegrias, prazeres, rejeições, medo e desilusões. É, também, influenciada pelo momento histórico-cultural que predomina na sociedade, portanto, a sexualidade transcende a biologia, tornando-se um ato social. Como afirmam Paula, Regen e Lopes (2005), a sexualidade é muito mais do que simplesmente ter um corpo desenvolvido ou em desenvolvimento, em condições de procriar e apresentar desejos sexuais. De acordo com as autoras, essas variáveis pesam sobre todas as pessoas, inclusive - e especialmente - para as que têm deficiência física ou neurológica.

Assim sendo, entende-se que é necessário que exista uma proposta de educação sexual que vise abarcar todas as dimensões da sexualidade (biológica, psíquica, sociocultural, política, etc.), para que sejam propiciadas aos sujeitos com deficiência condições para viverem sua sexualidade de forma plena e segura, garantindo-lhes as mesmas oportunidades dos demais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse trabalho foi feito, num primeiro momento, um levantamento em trabalhos que abrangessem o tema da surdez e LIBRAS. Utilizamos o trabalho de Dizeu e Caporali (2005), que trata da importância da LIBRAS e da inserção da criança surda na comunidade surda, o artigo das autoras Witkoski e Baibich-Faria (2010), que destaca a importância do aprendizado da LIBRAS como primeira língua, no sentido de propiciar aos sujeitos que construam uma linguagem plena e autêntica, além do livro de Moura (2000), que nos ajudou a entender a surdez ao longo da história. Os trabalhos de Perlin (2001) e Quadros (2004) também foram fundamentais para a compreensão da surdez, bem como as obras de Gesueli (2006), Strobel

(2008), Bisol e Sterb, Perlin e Strobel (2014) foram preponderantes para a compreensão da identidade e cultura surda.

Posteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica na literatura da área da sexualidade, no sentido de entender o que esta realmente significa e o que se abrange nesse conceito. Foram utilizadas as obras das autoras Paula, Regen e Lopes (2005) e Toneli (2012).

Após essa fase inicial, foi definida a realização de uma pesquisa qualitativa com jovens surdos e, a partir dos objetivos da pesquisa, foram formuladas as questões norteadoras, apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Instrumento de pesquisa - roteiro de entrevista

QUESTÕES NORTEADORAS
<p>1) Dados de identificação: Idade: Sexo: () Feminino () Masculino Escolaridade: Profissão: Estado civil: Possui filhos:</p> <p>2) O que você sabe sobre “sexualidade”? 3) Quem ou como obteve as informações acerca do tema? 4) Você tem um bom diálogo com sua família ou responsáveis sobre sexualidade? Com quem especificamente? Costuma conversar sobre tudo? 5) Já participou de alguma palestra, curso, seminário sobre sexualidade? Se sim, qual? 6) A escola te ajudou de alguma forma a entender sobre o tema? Se sim, de que forma? 7) Você consegue sanar todas as dúvidas com as informações recebidas na escola?</p>

Fonte: Autoras, 2017.

Definidas as perguntas, foi realizado um levantamento de potenciais candidatos à entrevista e, a seguir, escolhidos três jovens surdos: dois do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades entre 20 e 35 anos, todos residentes em um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa quantidade limitada de pessoas foi definida devido à escolha do método utilizado para a realização dessa pesquisa, que é o qualitativo. Segundo Goldenberg (2004), nesse tipo de pesquisa a preocupação do pesquisador não é com a quantidade numérica do grupo pesquisado, e sim com o aprofundamento da compreensão dos dados que se pretende investigar.

Para o levantamento de dados, optamos por realizar a entrevista semiestruturada, uma vez que esta oferece maior flexibilidade durante a coleta de informações, pois possibilita repetir perguntas, reformulá-las e, com isso, confirmar ou obter outros aspectos das questões levantadas. A entrevista semiestruturada estabelece um procedimento que garante a obtenção das informações necessárias, uma vez que o entrevistador segue um roteiro preestabelecido, ou seja, trabalha-se com um conjunto de questões previamente definidas e, com isso, aumenta a confiabilidade e fidedignidade das informações obtidas (BONI; QUARESMA, 2005).

Houve, então, um contato prévio com os sujeitos escolhidos para explicação do procedimento e da pesquisa, bem como para confirmação da disponibilidade de participar da mesma. Após o aceite, dado por meio de um termo de consentimento, assinado pelos entrevistados, foi realizado o agendamento de um horário apropriado para a gravação das entrevistas.

Na data combinada, houve a recontextualização da intenção das pesquisadoras e, após os esclarecimentos prévios, foi iniciada a entrevista que, conforme combinado com os sujeitos, foi filmada com um aparelho celular. Esse recurso da filmagem foi proposto tendo em vista a limitação da fala dos sujeitos, especialmente devido ao fato de a sua primeira língua ser a LIBRAS. Ela foi acompanhada por uma das pesquisadoras que atua como intérprete de Língua de Sinais, que fazia as perguntas, acompanhava as respostas e, ainda, após o término da gravação, também transcreveu os dados levantados respeitando a estrutura gramatical da LIBRAS.

A análise das entrevistas se deu mediante a técnica denominada de análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que

este tem dos dados coletados. Para o autor, não é possível uma leitura neutra, pois toda leitura se constitui numa interpretação. Essa análise produz descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, e ajuda a reinterpretar as mensagens de forma a atingir um entendimento de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS

As entrevistas foram realizadas, conforme citado anteriormente, com três jovens surdos, que aqui terão seus nomes verdadeiros preservados. Utilizaremos os nomes fictícios “Maria”, “Ana” e “Pedro”. Maria, 21 anos, é solteira e mora atualmente com os tios. Saiu da casa do pai para frequentar a escola e acaba de concluir o terceiro ano do ensino médio. Ana, 31 anos, é casada e mãe de dois filhos. Possui o ensino médio completo e, no momento, é dona de casa. Pedro tem 35 anos, é casado e também possui ensino médio completo.

O que se observou nas entrevistas é que todo o conhecimento dos jovens sobre sexualidade está limitado apenas a conceitos relacionados a “sexo”: doenças, gravidez, valores morais, etc. Nenhum dos entrevistados reconhece a sexualidade como o todo que abarca muito mais que as condições anatômicas e fisiológicas, mas que contemplam também condições psicológicas, obtendo um caráter social e cultural (BRASIL, 1998).

Isso fica claro logo no início da entrevista de Maria, quando perguntada sobre o que entende por sexualidade: “Explicaram para mim: primeiro toma remédio, espera, depois começa sexo, camisinha, cuidado sexo, camisinha estourar, cuidado doença. Pessoa fazer sexo com várias pessoas diferentes não pode, doença ruim, não pode. Pode só respeitar uma pessoa e só”. Já Ana, quando responde a essa mesma pergunta, afirma que precisa “Cuidar doenças, porque tenho medo”. Pedro, por sua vez, afirma que o irmão o ensinou a “ter cuidado”, conceito que foi reforçado por um colega de escola que lhe dizia para ter “cuidado com saúde, gravidez”.

É possível perceber que o conhecimento relativo à sexualidade está relacionado com as possíveis consequências, como a gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, sem considerar, no entanto, que se trata de um assunto amplo, mas que não costuma ser muito abordado com as pessoas com surdez, visto que:

[...] a indiferença com que as instituições sociais tratam a sexualidade assume caráter extremo de perversidade na constituição da identidade do surdo, em especial pela diferença e desconsideração a sua língua. Há uma intencionalidade repressora nos silêncios impostos pela cultura no que tange à sexualidade (BECHE, 2005, p. 70).

Com relação aos meios utilizados para captar informações, pode-se perceber que os pais não foram responsáveis por ensinar ou passar conceitos básicos acerca do tema para os entrevistados, como pode ser observado na fala de Maria: “Minha tia só, me aconselhou. Pessoas evitavam falar para mim, no passado eu era ignorante. Eu perguntava, mas ninguém me explicava”. O mesmo pôde ser verificado com Ana, quando questionada se a mãe já havia conversado com ela sobre sexualidade: “Não, nunca. Minha professora me ensinou”. Já Pedro afirma “minha família nunca explicou nada sobre sexo, tinha vergonha. Só meu irmão mais velho e meu amigo da escola”.

A pesquisa realizada por Borges et al. (2006) com adolescentes, foi possível notar que os pais e mães eram menos procurados que os amigos e outros familiares para conversar sobre o tema. Uma possível explicação para esse fato pode ser encontrada na pesquisa de Heilborn (2012), por afirmar que “[...] em muitos grupos sociais as relações entre pais/mães e filhos (as) são travadas por concepções que definem que sexualidade não é assunto para se conversar abertamente, pois comprometeria o respeito entre as gerações”.

Outro fato importante que foi observado nas entrevistas é a forma como as pessoas responsáveis por introduzi-las ao tema perceberam a necessidade de orientá-las. Maria relata que “Meu pai nunca me explica nada, mamãe morreu eu criança. Não tinha conselho, nada”. Apenas quando foi morar com a tia, aos 18 anos, é que esta passou a conversar e aconselhar Maria sobre o assunto. Pode-se perceber o impacto que essa comunicação com a tia teve sobre ela na frase: “Eu brava, sofre, passado ignorante, agora mudou minha vida, tenho consciência”.

Já Ana afirma que, por não ter conhecimento sobre sexo, sexualidade em geral e diversos outros assuntos considerados “tabus” em nossa sociedade, as garotas da escola tentavam levá-la às drogas e prostituição. Ao perceber isso, uma professora a chamou para conversar: “Me chamou e conversou comigo porque eu falei: eu não sei de nada, não conheço. Ela falou: espera aí! Pegou uns livros com fotos, tudo com pênis e vaginas doentes, eu olhei e fiquei com medo. Fiquei sabendo que precisava usar camisinha, cuidar, fazer todo dia não, só de vez em quando”.

Percebe-se que a falta de informação sobre o tema, muitas vezes favorece a exploração desses sujeitos, como aconteceu com Ana. A família, no intuito de preservar os filhos, por falta de conhecimentos básicos a respeito da sexualidade e/ou por não saber lidar com suas próprias inseguranças, traumas, preconceitos e etc., acaba por condená-los a ignorância, propiciando que terceiros os induza a fazer não o que desejam ou se sentem confortáveis, mas o que lhes é dito e convencido sem maiores explicações. Isso ocorre, segundo Santos (2013), porque “[...] o surdo detém uma maior percepção visual e apoia-se, portanto muito mais no comportamento não verbal”, ou seja: muitas vezes, a ânsia de adquirir conhecimento acerca de um tema que lhe é censurado acaba levando os sujeitos surdos a procurar e/ou aceitar vivências sobre as quais não possui, ainda, condições de fazer uma boa reflexão preliminar.

Sobre o papel da escola no aprendizado dos entrevistados, é possível afirmar que esta ainda não está preparada para lidar com o tema sexualidade em sua plenitude, restringindo-o à parte biológica, como informam Maria e Pedro, quando questionados se aprenderam algo na escola: “Biologia. Biologia explica como pessoa, professora explica” (MARIA). “Na escola tinha informação, Aids, doenças, como engravidar. A escola precisa informar sim, tinha fotos sobre doenças, que feio” (PEDRO). Essa dificuldade é percebida tanto para o público ouvinte quanto para os surdos, e confirma o exposto por Toneli (2012): segundo a autora, as concepções médico-higienistas, que influenciaram profundamente a política educacional oficial no Brasil nos séculos XIX e XX, ainda hoje “[...] se mantêm presentes nos espaços escolares como forma de ‘prevenir’ as DST/AIDS e a chamada ‘gravidez precoce’” (TONELI, 2012, p. 153).

Sobre as dificuldades encontradas pelos sujeitos no aprendizado de sexualidade na escola, Maria diz “Algumas coisas eu aprendi, pouco. Tudo não. Difícil, pouco tempo, pouco sinal”. Essa última fala mostra, ainda, os desafios que os jovens surdos enfrentam para aprender sobre o tema, uma vez que nem sempre há sinais para traduzir o que é oralizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos por meio da entrevista permitiram identificar que os sujeitos possuem um conceito de sexualidade restrito a saúde e prevenção,

não tendo conhecimento enquanto relacionamento em diferentes graus. Nota-se que os autores citados nesse trabalho enfocam sexualidade como conceito amplo, que abrange o ser humano em suas várias dimensões (biológica, social, psicológica e histórica). Sendo assim, deve ser respeitada e vivenciada como direito intrínseco ao ser humano.

Para os entrevistados, o termo sexualidade se remete ao ato sexual ou a formas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, não abordando o tema em um contexto sociocultural em que esses sujeitos estão inseridos.

Entende-se que o sujeito surdo, em seu processo de constituição, é marcado pelo enfrentamento de preconceitos, estigmas, estereótipos e, particularmente, do silêncio. Quando interrogados quanto a possíveis diálogos sobre sexualidade com a família, nas duas entrevistas ficou claro que a família não teve nenhum referencial significativo no campo da educação sexual. Ambos os sujeitos receberam informações por parentes ou professores, como se a família negasse a sexualidade dos filhos.

Maia (2001) expõe que, embora o sexo esteja incluído na sexualidade, as duas expressões têm sido utilizadas como sinônimos e estendidos às atitudes sociais, tendo como modelo a citar as instruções dadas nas escolas, que são reducionistas. Tal pressuposto ficou claro nas entrevistas, pois, embora as duas participantes femininas da pesquisa já tenham concluído o ensino médio, nenhuma foi capaz de apresentar uma conceituação mais abrangente acerca da sexualidade, relatando apenas conceitos relacionados à parte biológica.

Assim, ressaltamos com os resultados dessa pesquisa a importância não só de se ensinar sobre a sexualidade a jovens surdos e a necessidade de aquisição da Língua de Sinais, no intuito de fortalecer a identidade desses sujeitos e incluí-los na sociedade em que convivem, mas apontamos, também, a importância de uma educação sexual realmente efetiva, que seja capaz de levar aos sujeitos a uma vivência plena e saudável de sua sexualidade.

REFERÊNCIAS

BECHE, R. C. E. A Sexualidade do Surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da

Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. Florianópolis, UFSC, 2005.



BISOL, C.; SPERB, T. M. Discursos sobre a Surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 7-13, jan./mar., 2010.

BONI, V. QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul, 2005.

BORGES, A. L. V. NICHATA, L. Y. I. SCHOR, N. Conversando sobre sexo: a rede sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, 2006, v. 14, p. 422-427, maio/jun. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, L. F. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. In: BRITO, L. F. et.al. (Org.). **Língua Brasileira de Sinais** (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4). Brasília: SEESP, 1998, p. 112-127.

DIZEU, L. C. T. B. CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005.

GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11 ed. São Paulo: Paz na Terra, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HEILBORN, M. L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 57-68, 2012.

LACERDA, C. B. F. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. **Espaço Instituto de Educação de Surdo**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 30-40, dez. 1998.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: UNESP, 2011.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PAULA, A. R. REGEN, M. LOPES, P. **Sexualidade e deficiência: Rompendo o Silêncio**. São Paulo: Ed. Expressão e Arte, 2005.

PERLIN, G. T. T. Identidade Surda. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 51-72.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 17-31, 2014.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SANTOS, S. A. **A importância da libras na construção da sexualidade da pessoa com surdez**. Portal Educação, 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-importancia-da-libras-na-construcao-da-sexualidade-da-pessoa-com-surdez/30352>>. Acesso em: 20 set. 2017.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TONELLI, M. J. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.) **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 147-167.

WITKOSKI, S. A. BAIBICH-FARIA, T. M. A importância da língua de sinais para as pessoas surdas na construção de uma linguagem plena e genuína. **Revista Contrapontos Eletrônica**, Itajaí, SC, v. 10, n. 3, p. 338-344, set./dez. 2010.

Recebido em 30 de novembro de 2017.

Aprovado em 30 de junho de 2018.